



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral

Of.JUCERJA/SGE Nº577

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2023

DE: SECRETARIA GERAL - JUCERJA
PARA: CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON (CPF: 735.554.107-25)

Rua Coelho Neto, 60, Apto. 102, Bairro: Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.231-110

Referência: SEI-220011/001278/2021

Assunto: Notificar sobre Decisão do Recurso ao DREI

Prezado (a) Senhor(a),

1. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, **NOTIFICA** o(a) Leiloeiro(a) Público(a) **CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON**, Matrícula 108, a respeito da Decisão em sede de Recurso ao DREI interposto pela d. Procuradoria Regional, na forma do art. 124 da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro e Integração nº 81/2020.

2. Manifestações, se necessárias, podem ser apresentados fisicamente, na Secretaria Geral da JUCERJA (Av. Rio Branco nº 10 – 13º andar – no horário de 10:00 às 16:00 horas), ou digitalmente, pelo sistema FALE CONOSCO (<https://www.jucerja.rj.gov.br/Contato/FaleConosco/>), utilizando-se do assunto "SECRETARIA GERAL".

3. Esclarecemos que, caso se faça representar por Procurador, este deverá apresentar-se munido do competente instrumento de procuração, nos termos do art. 48, da Lei nº 8.934/1994, regulamentado pelo art. 70, do Decreto nº 1.800/1996.

Respeitosamente,
João Pedro Fraga de Souza
Assistente II – Secretaria Geral
JUCERJA
ID.: 51187540-1

De acordo,

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral
JUCERJA
ID: 5119159-8



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Fraga de Souza, Assistente**, em 05/05/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Paulo Magdaleno Filho, Secretário Geral**, em 06/05/2023, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **51530756** e o código CRC **4984D800**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-220011/001278/2021

SEI nº 51530756

Av. Rio Branco 10,, 13º andar , Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-000
Telefone: 2334-5420



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral

Of.JUCERJA/SGE Nº578

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2023

DE: SECRETARIA GERAL - JUCERJA
PARA: CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON (CPF: 735.554.107-25)

Rua Pinheiro Machado, 25, Loja C, Bairro: Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.231-090

Referência: SEI-220011/001278/2021

Assunto: Notificar sobre Decisão do Recurso ao DREI

Prezado (a) Senhor(a),

1. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, **NOTIFICA** o(a) Leiloeiro(a) Público(a) **CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON**, Matrícula 108, a respeito da Decisão em sede de Recurso ao DREI interposto pela d. Procuradoria Regional, na forma do art. 124 da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro e Integração nº 81/2020.

2. Manifestações, se necessárias, podem ser apresentados fisicamente, na Secretaria Geral da JUCERJA (Av. Rio Branco nº 10 – 13º andar – no horário de 10:00 às 16:00 horas), ou digitalmente, pelo sistema FALE CONOSCO (<https://www.jucerja.rj.gov.br/Contato/FaleConosco/>), utilizando-se do assunto "SECRETARIA GERAL".

3. Esclarecemos que, caso se faça representar por Procurador, este deverá apresentar-se munido do competente instrumento de procuração, nos termos do art. 48, da Lei nº 8.934/1994, regulamentado pelo art. 70, do Decreto nº 1.800/1996.

Respeitosamente,
João Pedro Fraga de Souza
Assistente II – Secretaria Geral
JUCERJA
ID.: 51187540-1

De acordo,

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral
JUCERJA
ID: 5119159-8



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Fraga de Souza, Assistente**, em 05/05/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Paulo Magdaleno Filho, Secretário Geral**, em 06/05/2023, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **51530854** e o código CRC **4BACE616**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-220011/001278/2021

SEI nº 51530854

Av. Rio Branco 10,, 13º andar , Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-000
Telefone: 2334-5420



DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao DREI nº 14021.115975/2023-01

Processo JUCERJA nº 220011/001278/2021

Recorrente: Procuradoria Regional da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston)

I. Leiloeiro Público Oficial. Ausência da comprovação do pagamento de impostos. Cumprimento da obrigação fora do prazo. Multa e Destituição. Impossibilidade da aplicação das penalidades.

II. Recurso não provido.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao DREI interposto pela Procuradoria Regional da JUCERJA contra decisão do Plenário de Vogais da JUCERJA que deliberou pela suspensão, em razão do descumprimento das obrigações constantes da denúncia envolvendo a Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston.

2. O processo administrativo em comento originou-se em 27 de outubro de 2021, a partir de denúncia apresentada pela Área de Controle e Fiscalização da JUCERJA (ACF) em face da Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston, sob o argumento de que a leiloeira descumpriu com suas obrigações funcionais relativas ao arquivamento dos documentos comprobatórios do pagamento de impostos referente aos anos de 2016, 2019 e 2020 incidentes sobre a atividade de leiloaria, bem como deixou de apresentar o relatórios mensais de janeiro, setembro e outubro de 2019, dezembro de 2020 a março de 2021 dos leilões realizados, estando a leiloeira em desacordo com os incisos XIX e XXII do artigo 69 da Instrução Normativa DREI nº 72/2019; bem como irregularidades em relação a prestação de caução, nos termos do art. 45 da IN DREI nº 72/2019. Ao final, recomendou a aplicação das penalidades de multa, suspensão e destituição, nos termos da alínea "a" do art. 16 c/c art. 9º do Decreto nº 21.981/1932 e inciso I do art. 87 e e §7º do art. 45 da IN DREI 72/2019 (fls. 6 a 16 - SEI 31833837).

3. A Secretaria Geral da JUCERJA encaminhou denúncia realizada pela ACF, contra a Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston relativa à apuração de faltas cometidas no exercício da função, sugerindo o recebimento da denúncia, o qual foi admitido pelo Presidente da Junta Comercial, ao passo que, ordenou a instauração do processo administrativo (fls. 23 a 27 - SEI 31833837).

5. Devidamente notificada, a Leiloeira Pública não apresentou contrarrazões (fl. 31 - SEI 31833837).

6. Instada a se pronunciar, a ACF aduziu que (fls. 32 a 34 - SEI 31833837).

No exercício da competência prevista nos incisos III e XII do art. 84 da Instrução Normativa DREI nº 72/2019 esta Área de Controle e Fiscalização dos Agentes Auxiliares de Comércio - ACF realizou procedimento fiscalizatório nos assentamentos do Leiloeiro Público Cristina Maria Antunes Goston, matrícula nº 108 identificando o não cumprimento de obrigações relativas ao arquivamento dos documentos comprobatórios do pagamento de impostos

incidentes sobre a atividade de leiloaria (art. 69, inciso XIX), apresentação do relatório mensal de todos os leilões realizados (art. 69, inciso XXII) e; apresentação de cópia do extrato da conta poupança relativa à caução, ou dos contratos de renovação da fiança bancária ou seguro garantia carta fiança (art. 69, inciso XXI e art. 45 §7º) todas previstas na referida Instrução.

(...)

Diante das infrações identificadas, em 30.07.2021, foi expedida Notificação JUCERJA/ACF nº 255/2021 (SEI 20208514) – devidamente publicada no site da JUCERJA, conforme art. 1º da Deliberação JUCERJA nº 127/2021 – informando das obrigações não cumpridas.

(...)

Exaurido o prazo de 15 dias úteis – a contar do primeiro dia útil posterior à data da divulgação da notificação no site da JUCERJA, como consta do art. 2º, §1º da referida Deliberação – constatou-se que, até aquela data, **as obrigações não foram regularizadas.**

(...)

Diante da ausência de manifestação do Leiloeiro Público; de novos documentos juntados ao processo; e da manutenção do status quo em relação às obrigações, não há sobre o que a ACF se manifestar neste momento, razão pela qual nos reportamos à Denúncia (SEI 24081868).

IV – Da conclusão

Por todo o exposto, conclui-se que o leiloeiro permanece irregular, razão pela qual nos reportamos à Denúncia, no que tange às pendências remanescente.

Sendo o que, neste momento, nos cabia relatar sugerimos, consoante §2º do art. 97 da Instrução Normativa DREI nº 72/2019, encaminhamento à Procuradoria Regional da JUCERJA.

7. Os autos foram encaminhados à Procuradoria Regional, que aprovou o Parecer lavrado pelo Analista de Registro de Empresas, com a finalidade de averiguar a eventual prática de infração disciplinar, opinando pela inclusão do processo em pauta do Plenário para deliberação (fl. 41 - SEI 31833837).

Tendo em vista tais constatações e a ausência de apresentação da documentação solicitada pela autoridade administrativa (inc. XVII, do art. 69 c/c art. 89 – parte final, da IN/DREI 72/19), o fato constitui infração de natureza gravíssima, sendo sugerida a aplicação de multa, em 20% do valor da caução, e destituição, concernentes à essa conduta.

Quanto à falta de comprovação de pagamento dos impostos de 2016, 2019 e 2020 (inc. XIX, do art. 69 da IN/DREI 72/19), multa base de 10% do valor da caução. No entanto, considerando a reincidência da parte, que deixou de realizar o pagamento por anos consecutivos, sugere-se a aplicação de multa em 20% do valor da caução, com relação à conduta.

No tocante à falta de apresentação dos relatórios mensais de janeiro, setembro e outubro de 2019; de agosto de 2020; e de dezembro de 2020 a junho de 2021 (inc. XXII, do art. 69 da IN/DREI 72/19), entende-se cabível a aplicação da pena de destituição conforme previsão do art. 89, parte final, c/c 69, XXII da IN/DREI 72/2019.

No que tange à falta de apresentação da prestação da caução (inc. XXI, do art. 69 da IN/DREI 72/19), entende-se cabível a pena de destituição conforme previsão do art. 45, § 7º da IN/DREI 72/2019.

Diante ao exposto, opina-se pelo prosseguimento do presente processo administrativo com o seu envio à Presidência a fim de que seja submetido ao Plenário para deliberação, na forma dos §§ 6º e 7º, do art. 97, da IN DREI nº. 72/2019[4], e sejam aplicadas as penalidades cabíveis.

8. Em nova manifestação, a Procuradoria da JUCERJA aduziu (fls. 96 a 98 - SEI 31833837):

Dessa forma, considerando que existe área técnica na JUCERJA responsável pela fiscalização dos leiloeiros públicos - ACFAAC, e que esta certificou a irregularidade do cadastro da leiloeira Cristina Maria Antunes Goston, tendo em vista que consta a pendência quanto à apresentação dos comprovantes de pagamento dos impostos anuais, entende-se que o presente processo deve ser encaminhado ao Plenário para julgamento.

Do exposto, considerando o disposto no art. 103, 7º, da IN/DREI 52/2022, tendo em vista a irregularidade do cadastro do leiloeiro, entende-se que o processo em tela deve ser incluído em pauta para julgamento pelo Plenário, uma vez que foram cumpridas todas as etapas do processo administrativo.

E ainda, por ordem superior, que altera entendimento anterior desta Procuradoria,

RECOMENDA-SE que sejam aplicadas as penalidades previstas no parágrafo único do art. 9º, do Decreto 21.981/1932 (destituição) e no inciso I, do art. 92 c/c inciso XIX, do art. 74 (multa), da IN/DREI nº 52 de 29/07/2022.

9. Aprovo a manifestação constante do index 42919877 devendo ser aplicada a pena de **destituição** com fulcro no § único do art. 9º, do Decreto nº 21.981/1932 c/c art. 94 da IN DREI/ME nº 52/2022 e ainda **multa**, com fulcro no art. 16 do Decreto nº 21.981/1932 c/c art. 92, I da IN/DREI nº 52 de 29/07/2022 à Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston – Matrícula nº. 108.

10. Realizadas todas as diligências, os autos foram enviados para análise do Vogal Relator que expôs (fls. 118 a 120 - 31833837):

Em 10/11/2022, a ACF elaborou Relatório Circunstanciado, no qual apontou que a Leiloeira registrou os impostos anuais de 2019 e o **registro de protocolo de prestação de garantia**, compreendendo o período de 13/07/2021 a 13/01/2023 por meio do protocolo 00-2022/731472-7 (entrada em 20/09/2022; deferido em 28/10/2022). Dessa forma, a leiloeira continua pendente com a comprovação do pagamento dos impostos de 2016 e 2020.

VOTO

Verifica-se, dessa forma, que a Leiloeira CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON, matriculado JUCERJA sob o nº 108, não obstante a regular notificação para fazê-lo, **deixou de arquivar os comprovantes dos pagamentos de impostos relativos à atividade dos anos de 2016 e 2020. Tal obrigação está prevista no artigo 9º, do Decreto 21.981, de 19 de dezembro de 1932, recepcionado pela atual Constituição como lei ordinária**, que prevê: Art. 9º Os leiloeiros são obrigados a registrar nas Juntas Comerciais, dentro de 15 dias após a cobrança, os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos à sua profissão, sob pena de suspensão, de que não haverá recurso. Parágrafo único. Se decorridos seis meses, o leiloeiro ainda não tiver cumprido a disposição deste artigo, será destituído do cargo, afixando-se na porta de seu estabelecimento a folha do órgão oficial em que houver sido publicado o edital respectivo. (...) **Ante o exposto, considerando-se que a Leiloeira Pública CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON, matrícula nº 108, não arquivou comprovantes dos pagamentos de impostos dos anos de 2016 e 2020, com fulcro no supracitado artigo 9º do Decreto 21.981, de 19 de dezembro de 1932, voto pela aplicação da pena de suspensão, que perdurará até que ela cumpra as obrigações em tela e de destituição, caso seja ultrapassado o prazo de 06 meses sem o cumprimento das obrigações. É o voto.** Após, sem manifestações em plenário, o Sr. Presidente abriu a votação – **aprovado por unanimidade.** (Grifamos)

11. Submetido a julgamento, o Plenário de Vogais da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2022, aprovou por unanimidade o voto do Relator (fl. 120 - 31833837).

12. Irresignada com a decisão do Plenário de Vogais da JUCERJA, a Procuradoria Regional interpôs, tempestivamente¹, o presente recurso. A recorrente alega que:

6. Em 27.10.2021, a Área de Controle e Fiscalização dos Agentes Auxiliares do Comércio (ACFAAC) da JUCERJA, no exercício de sua competência fiscalizatória, denunciou CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTON pela ausência de cumprimento das obrigações administrativa previstas nos artigos 9º do Decreto Federal nº 21.981/1932; 69, incisos XIX e XXII, da IN/DREI nº 72/2019, e (art. 69, inciso XXI e art. 45 §7º da Instrução Normativa DREI nº 72/2019).

7. A intimação foi realizada devidamente, conforme i. SEI 25372715 e 25398243.

8. A Procuradoria manifestou-se favoravelmente à condenação ao pagamento de **multa e destituição** (i. SEI 26743110 e 42919877).

9. Não foi apresentada defesa prévia.

10. Consoante se extrai da Ata da 2469ª Sessão Plenária realizada em 13.12.2022 e anexa ao i. SEI 44491439, o D. Plenário da JUCERJA deliberou pela aplicação da pena de suspensão à Leiloeira pelo prazo de até 6 (seis) meses, que perdurará até que ela cumpra as obrigações, e de destituição, caso ultrapassado esse prazo sem o cumprimento das obrigações.

(...)

18. Por tais fundamentos e considerando que a Leiloeira recorrida estava com cadastro irregular na JUCERJA, quanto à comprovação de quitação dos impostos anuais e prestação de caução, esta Procuradoria Regional recomendou ao Plenário da JUCERJA, antes da decisão, aplicação de pena de multa e destituição.

13. Ao final, a Procuradoria Regional requereu a pela reforma da decisão do Plenário de Vogais, impondo à leiloeira recorrida a pena de **multa** equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da caução, com base no art. 74, inciso XIX, c/c art. 92, inciso I, da Instrução Normativa n. 52/2022, e **dedestituição**, com fulcro nos artigos 94 e 50, § 7º e da IN DREI nº 52/2022 e parágrafo único do art. 9º do Decreto 21.981/1932.

14. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

15. Considerando os termos do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

16. Preliminarmente, cumpre registrar que compete às Juntas Comerciais fiscalizar a profissão de leiloeiro público, bem como impor penalidades quando forem praticadas condutas incompatíveis com a legislação. É o texto do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão:

Art. 16. São competentes para suspender, destituir e multar os leiloeiros, nos casos em que estas penas são aplicáveis: a) as Juntas Comerciais, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo de 10 dias, nos casos de suspensão, imposição de multas e destituição, com efeito devolutivo, quando não se tratar dos casos do art. 9º e seu parágrafo, (...)

17. Realizadas as considerações acima, destacamos que o objetivo do presente recurso é reformar a decisão do Plenário de Vogais da JUCERJA, que deliberou pela aplicação da pena de suspensão. Vejamos:

Ante o exposto, considerando-se que a Leiloeira Pública CRISTINA MARIA ANTUNES GOSTO matrícula nº 108, não arquivou os comprovantes dos pagamentos de impostos dos anos de 2016 e 2020, com fulcro no supracitado artigo 9º do Decreto 21.981, de 19 de dezembro de 1932, voto pela aplicação da pena de suspensão, que perdurará até que ela cumpra as obrigações em tela e de destituição, caso seja ultrapassado o prazo de 06 meses sem o cumprimento das obrigações. É o voto.

18. Antes de adentrar no mérito, ressaltamos que atualmente está em vigor a Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, que regulamenta a profissão de leiloeiro público, contudo, o processo será analisado conforme a norma vigente à época dos fatos, a saber, Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2019².

19. Passando a analisar o mérito, a penalidade de multa e destituição sugerida pela Procuradoria decorre do não cumprimento do prazo para arquivamento dos comprovantes dos pagamentos de impostos, asseverando que "(...) e a Recorrida deixou de cumprir a obrigação prevista no artigo 9º do Decreto nº 21.981/32 e 74, inciso XIX, da IN-DREI n. 52/2022, deixou de aplicar a pena de multa prevista no art. 92, inciso I, da IN-DREI n. 52/2022. (...) a Leiloeira recorrida estava com cadastro irregular na JUCERJA, quanto à comprovação de quitação dos impostos anuais (...) recomendou ao Plenário da JUCERJA (...) **multa e**

destituição."

20. Sobre a obrigação objeto do recurso, o Decreto nº 21.981, de 1932, prevê:

Art. 9º Os leiloeiros são obrigados a registrar nas Juntas Comerciais, dentro de 15 dias após a cobrança, os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos à sua profissão, sob pena de suspensão, de que não haverá recurso.

Parágrafo único. Se decorridos seis meses, o leiloeiro ainda não tiver cumprido a disposição deste artigo, será destituído do cargo, afixando-se na porta de seu estabelecimento a folha do órgão oficial em que houver sido publicado o edital respectivo.

21. No que concerne ao prazo para apresentação dos comprovantes dos impostos, o art. 9º do decreto supracitado é claro ao dispor sobre as implicações em decorrência do não cumprimento da obrigação legal de não comprovação do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos à sua profissão, quais sejam: suspensão e destituição.

22. Por outro lado, verificamos que o inciso XIX do art. 69 c/c inciso I do art. 87 da Instrução Normativa DREI nº 72, de 2019, prevê a penalidade de multa, como segue:

Art. 69. As obrigações e responsabilidades do leiloeiro são as constantes das disposições legais e regulamentares, incumbindo-lhes, nos termos deste Capítulo, as seguintes obrigações:

(...)

XIX - arquivar, na Junta Comercial, dentro dos 15 (quinze) dias seguintes aos dos respectivos vencimentos, os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos incidentes sobre a atividade;

Art. 87. **A multa é aplicável nos casos em que o leiloeiro:**

I - deixar de cumprir as obrigações definidas nos incisos I a X, XIV, XVII, XIX e XX, do art. 69 desta Instrução Normativa; e

(...)

§ 1º A multa de que trata este artigo deverá ser recolhida, por meio de documento próprio de ingresso de receita, junto à Secretaria da Fazenda do Estado, ou, em caso de autarquia, na conta de recursos próprios da Junta Comercial.

§ 2º Será assinado prazo, não superior a 10 (dez) dias, para que o leiloeiro comprove o depósito da multa estipulada em decorrência de eventual infração praticada no exercício de sua profissão.

§ 3º A multa será variável entre o mínimo de 5% e máximo de 20% do valor correspondente à caução. (Grifamos)

23. Após análise dos autos, verificou-se que a JUCERJA procedeu com a notificação da leiloeira, observando o disposto no art. 9º do Decreto 21.981/1932, contudo, observamos, também, que a fiscalização ocorreu de forma extemporânea, visto que apenas no ano de 2021, houve a solicitação dos comprovantes da quitação dos impostos anuais de 2016 e 2020.

24. Em que pese a leiloeira não ter apresentado as comprovações no prazo legal, a JUCERJA também não verificou de forma tempestiva a ausência de tais comprovantes, não aplicando assim, a suspensão prevista no texto do Decreto nº 21.981, de 1932.

25. O setor de fiscalização das Juntas Comerciais deve exercer também seu papel orientador preventivo, como disposto no inciso IV, do art. 84 da Instrução Normativa DREI nº 72, de 2019: *"IV - orientar os profissionais, em caráter preventivo, para o bom e fiel cumprimento de suas obrigações"*. O controle sob qualquer atividade regulada por legislação específica, como é o caso, deve ser realizado constantemente e não somente após a ocorrência dos fatos e, tampouco, em caráter punitivo.

26. Aqui, importante consignar, ainda, que não há no decreto que regulamenta a profissão qualquer menção a aplicação de multa, em decorrência do não cumprimento da obrigação legal de comprovação do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos à profissão (art. 9º do Decreto 21.981/1932). As penalidades cabíveis são apenas a suspensão e a destituição.

27. Dessa forma, tem-se que a penalização requerida pela Procuradoria é juridicamente impossível diante da ausência de previsão legal, bem como pela impossibilidade de aplicar outra pena pois não cabe, neste caso, a substituição da pena.

28. Desse modo, a Instrução Normativa do DREI inova em matéria de penalidade, de modo que não deve prevalecer em face das disposições do art. 9º do Decreto 21.981/1932, motivo pelo qual deverá ser revista.

29. Nesse prisma, ressaltamos que o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, incluído pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, prevê que o processo administrativo deve ser analisado com proporcionalidade, tendo em vista os efeitos que a decisão produzirá, devendo-se levar em consideração a situação de cada realidade. Vejamos o que dispõe:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#) [\(Regulamento\)](#)
Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)

30. A decisão deve ser um meio para aplicação da norma, e não um meio para, apenas, punir a leiloeira sem proporcionalidade, de forma que não se deve fazer uso de normas abstratas sem que se analise se a Junta Comercial cumpriu seu papel fiscalizador de forma tempestiva, e se a legislação foi cumprida conforme se dispõe.

31. Assim, com a devida vênia e respeitando os argumentos apresentados pela Procuradoria da Junta Comercial, entendemos que não se trata de caso para aplicação de multa.

32. No que tange a penalidade de destituição, o parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 21.981, de 1932, estipula que se decorridos seis meses, o leiloeiro ainda não tiver cumprido o registro dos documentos comprobatórios do pagamento dos impostos federais e estaduais, será destituído do cargo:

Art. 9º (...) Parágrafo único. Se decorrido seis meses, o leiloeiro não tiver cumprido a disposição deste artigo, será destituído do cargo, afixando-se na porta de seu estabelecimento a folha do órgão oficial em que houver sido publicado o edital respectivo.

33. Percebe-se que o art. 9º do Decreto nº 21.981/1932 expõe que é necessária a aplicação preliminar da penalidade de suspensão antes da penalidade de destituição. Desse modo, como foi julgado pelo Plenário de Vogais da JUCERJA, houve a aplicação da penalidade de suspensão, até que ela cumpra as obrigações em tela e de destituição, caso seja ultrapassado o prazo de 06 meses sem o cumprimento das obrigações.

34. Todavia, não nos opomos com a decisão do Plenário de Vogais da JUCERJA, uma vez que observou o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, por considerar os efeitos em concreto da sanção, decidindo preliminarmente pela penalidade de suspensão.

35. Por outro lado, acerca da suposta não apresentação da caução, verificamos que de fato cabe

a penalidade de destituição, contudo, no caso em comento verificamos que no Relatório elaborado pela ACF, de 9/11/2022, já constava a informação de que havia apólice de seguro garantia para o período de 13/07/2021 a 13/01/2023, bem como apólice anterior que compreendia o período de 13/01/2020 a 13/07/2021. Ou seja, não nos parece que a leiloeira ficou descoberta da caução necessária para o exercício da profissão.

36. Além do mais, a ACF apontou que a Leiloeira registrou protocolo de prestação de garantia, compreendendo o período de 13/07/2021 a 13/01/2023 por meio do protocolo 00-2022/731472-7 (entrada em 20/09/2022; deferido em 28/10/2022).

37. Assim, com a devida vênia e respeitando os argumentos apresentados pela Procuradoria da Junta Comercial, entendemos que o Plenário de Vogais da JUCERJA foi proporcional em sua decisão, votando "***pela aplicação da pena de suspensão, que perdurará até que ele cumpra as obrigações em tela e de destituição, caso seja ultrapassado o prazo de 06 meses sem o cumprimento das obrigações.***", pois, *nem consta dos autos que supostamente a leiloeira não teria efetuado a garantia.*

CONCLUSÃO

38. Destarte, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, tem-se, claramente, que a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro merece ser mantida, afastando-se assim, a penalidade de multa e destituição à Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston, conforme requerido pela Procuradoria da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

39. Portanto, conclui-se pelo CONHECIMENTO e pelo NÃO PROVIMENTO, pois, a leiloeira tem obrigação de arquivar os comprovantes dos impostos dentro do prazo estabelecido no art. 9º do Decreto nº 21.981, de 1932, todavia, a penalidade cabível até que a obrigação seja cumprida, é a suspensão e, após ultrapassados 6 meses, a destituição.

MIRIAM DA SILVA ANJOS

Coordenadora

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso ao DREI nº 14021.115975/2023-01, para que seja mantida a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, afastando-se assim a penalidade de multa e destituição à Leiloeira Pública Cristina Maria Antunes Goston, pois em que pese ela possuir a obrigação de arquivar os comprovantes dos impostos dentro do prazo estabelecido no art. 9º do Decreto nº 21.981, de 1932, a penalidade cabível até que a obrigação fosse cumprida, seria a suspensão e, após ultrapassados 6 meses da suspensão, a destituição.

Oficie-se a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

AMANDA MESQUITA SOUTO

Diretora

1. Art. 74. O prazo para a interposição dos recursos é de dez dias úteis, cuja fluência se inicia no primeiro dia útil subsequente ao da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho. (Decreto nº 1.800, de 1996) - (fls. 129 do SEI 31833837).
2. A Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2020, manteve as mesmas penalidades que constam da Instrução Normativa DREI nº 17, de 5 de dezembro de 2013, para as situações analisadas nos autos.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Mesquita Souto, Diretor(a)**, em 06/04/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam da Silva Anjos, Coordenador(a)**, em 06/04/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32840895** e o código CRC **7714FB0B**.

Referência: Processo nº 14021.115975/2023-01.

SEI nº 32840895